



Dep. N.º insc.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2020

Assunto: Violência policial numa IPSS em São Martinho do Bispo

Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita,
Excelentíssima Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho,

Na madrugada de 26 de abril de 2020 a Polícia de Segurança Pública (PSP) foi chamada ao Lar de S. Martinho do Padre Serra, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) localizada em São Martinho do Bispo, Coimbra.

Nesse mesmo dia, um canal televisivo divulgou imagens amadoras que mostravam violência policial por parte de um agente daquela força sobre um jovem que, posteriormente, a instituição veio confirmar ter 16 anos.

Esta situação levou o Comando Distrital a instaurar um processo disciplinar para apurar os factos, tendo vindo a confirmar a veracidade das imagens, instaurando posteriormente um processo disciplinar, que então deu lugar a uma queixa-crime no Ministério Público.

Informa também a IPSS que a mesma força policial fora chamada ao local no passado dia 6 de

abril, episódio que terá precedido a decisão de obter imagens na madrugada de 26, uma vez que, de acordo com os relatos dos jovens, estes se teriam, então, “sentido maltratados pela polícia”. É igualmente de referir que a ocorrência de 6 de abril fora reportada por um técnico da instituição à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Como se sentirão estas crianças e jovens institucionalizados, à guarda do Estado, se - por estarem em situação de risco, sem uma estrutura parental ou serem mesmo vítimas de abandono, exclusão social, económica ou escolar e que, por isso mesmo, têm problemas comportamentais - a sociedade, nomeadamente as forças de segurança, que os deveria acolher, proteger, educar e integrar, os agride ainda mais? Que futuro os aguarda se não a reprodução da violência de que sistematicamente são vítimas desde a infância?

Neste sentido, e nos termos constitucionais e regimentais, pergunto ao Governo, via Ministério da Administração Interna, o seguinte:

1 - Que formação específica é dada às forças de segurança para lidar com crianças e jovens em risco institucionalizados?;

2 - Faz esta formação parte dos currículos da Escola Prática de Polícia, sendo atualizada em formações específicas no decurso da carreira policial?;

3 - Que programas de proximidade policial é que estão a decorrer junto de menores institucionalizados e de que forma é que as circunstâncias da COVID-19 está neles inserida?;

4 - Receberam as forças de segurança formação apropriada para a abordagem da população em termos da actual pandemia viral, dada a excepcionalidade desta situação e o seu impacto inédito a vários níveis, tanto nas pessoas como nas entidades?

E igualmente neste sentido, e nos termos constitucionais e regimentais, pergunto ao Governo, via Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o seguinte:

1 - Em que situações específicas está previsto accionar as forças de segurança para intervir em lares onde estão institucionalizadas crianças e jovens à guarda do Estado? É seguido algum protocolo?;

2 - Que meios estão ao dispôr da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens para acompanhar estes casos?

A Deputada

Joacine Katar Moreira

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2020

Deputado(a)s

JOACINE KATAR MOREIRA(Ninsc)